UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADEMICO DO AGRESTE

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL

RAYLAN DERECK SILVA DE ALCANTARA

CARUARU – 2015

RAYLAN DERECK SILVA DE ALCANTARA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, Campus Acadêmico do Agreste, como requisito à conclusão do curso sob a orientação do Prof. Dr. André Luiz Miranda de Martins.

CARUARU – 2015

Catalogação na fonte:

Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

A347p Alcântara, Raylan Dereck Silva de.
O programa bolsa família e o combate à pobreza no Brasil. / Raylan Dereck Silva de Alcântara. - 2015.
29f. il.; 30 cm.

Orientador: André Luiz Miranda de Martins.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2015.
Inclui referências

1. Programas sociais. 2. Distribuição de renda. 3. Inclusão social. 4. Desenvolvimento social. I. Martins, André Luiz Miranda de (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-322)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Departamento de Economia

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:

RAYLAN DERECK SILVA DE ALCÂNTARA

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato Raylan Dereck Silva de Alcântara **APROVADO**

Caruaru, 10 de Dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
Orientador

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa
UFPE/CAA

Prof. Msc. Arthur Gilberto Garcéa Rocha
Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família cujo apoio incondicional se fez sempre presente, meus pais e amigos que sempre me estimularam e incentivaram a nunca desistir de minha formação superior mesmo em face de grandes dificuldades encontradas pelo caminho me recordando sempre que não há vitória sem luta árdua e os mesmos que sempre me deram suporte mesmo nos momentos mais difíceis em todo o trajeto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu grandíssimo Deus triunfo pela capacidade a mim dada para conquistar mais esta etapa em minha vida, ao Prof. Dr. André Luiz Miranda Martins por ter aceitado me orientar nesta monografia, a meus demais professores da graduação pelo esforço e dedicação em passar valioso conhecimento e aos demais companheiros de curso, alguns dos quais tenho o privilégio de chamar de amigos, sem os quais esta jornada teria sido muito mais árdua, ou até impossível de ser conquistada.

“Dominus meus et refugium meum, auxilium praesens "

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de apresentar e descrever as principais mudanças decorrentes da implantação do sistema de programas sociais no Brasil, sendo o principal assunto abordado a implantação do Programa Bolsa Família, sendo este responsável por distribuição de renda, inclusão social e, diga-se de passagem, responsável por uma boa parcela do desenvolvimento da economia vista pela ótica da classe média baixa e como essas políticas aplicadas podem trazer um desenvolvimento continuo para uma nação deficitária em seu sistema financeiro e econômico vigente. Para este propósito, foi realizada analítica revisão bibliográfica abordando alguns dos principais trabalhos de pesquisas focados neste tema em questão expostos por renomados pesquisadores.

Palavras-Chave: Programa Social; Distribuição de Renda; Inclusão Social; Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This research was conducted in order to present and describe the main changes resulting from the implementation of social programs system in Brazil , the main issue addressed the implementation of the Bolsa Família Program , which is responsible for the distribution of income , social inclusion and , say If passing , responsible for a good portion of economic development seen from the perspective of lower middle class and how these policies implemented can bring a continuous development to a deficit nation in its financial and prevailing economic system. For this purpose, analytical literature review was conducted addressing some of the key research work focused on this issue in question exposed by renowned researchers.

Keywords: Social Programme; Income distribution; Social inclusion; Economic development

Índice

1. INTRODUÇÃO 9

2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL 11

2.1. O Programa Bolsa Família 15

3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIACOMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA: um esboço de avaliação dos seus resultados 18

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 26

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 29

1. INTRODUÇÃO

A pobreza nunca foi recente em nosso continente latino-americano. Sempre esteve presente em todas as regiões do mesmo e durante crises que vieram a acontecer essa pobreza ou mesmo a desigualdade social como mais aguçado índice de nível de pobreza vem aumentando cada vez mais, isso desde a crise econômica que atingiu grande parte da população brasileira na década de 1980. A fome, baixo nível de educação e saúde precária são os principais indicadores para a análise do grau de pobreza dos países da América Latina. A partir da década de 1990 esses problemas sociais começaram a ser mais profundamente observados e então surgiram programas sociais que visavam a redução do mesmo e almejava a erradicação da pobreza no continente latino-americano até o atual ano de 2015, sendo isso discutido pela Organizações das Nações Unidas (ONU) em conferencia com 147 chefes de estado, no ano 2000.

Em diversos países da América latina foram criados programas para trabalhar de forma enfática na erradicação da pobreza, como o programa *Asignación Universal por Hijo*na Argentina, o Programa Família em Ação na Colômbia, o Plano de Alimentação dos Trabalhadores na Venezuela, o Plano Nacional de Alimentação no Uruguai, entre outros criados pelos demais países de nosso continente. Em nosso país não foi diferente: o Brasil criou alguns programas sociais que tinham como objetivo, assim como os criados pelos demais países citados anteriormente, com o intuito de promover melhorias na área de educação, saúde e alimentação das famílias brasileiras que se encontram em uma classe social marginalizada, abaixo da linha de extrema pobreza, assim o nível de pobreza reduziria através da distribuição de renda as famílias que se encontravam em acordo com o perfil pré-estabelecido para participação desses benefícios dados pelo governo nacional.

No início das implantações dos programas sociais no Brasil esses eram bem específicos em suas atribuições e dotações programáticas, eram o Vale Gás utilizado para a compra de gás de cozinha, bolsa escola quando o país tinha seus filhos matriculados nas escolas, em suas respectivas alocações, com um acompanhamento rígido de controle sobre essas políticas sociais implantadas pelo governo, surgindo no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), porém sendo aperfeiçoado e melhorado no governo seguinte, do Ex-Presidente da República Lula e continuado na atual gestão nacional com a atual Presidente Dilma. Em seu aperfeiçoamento, já com Lula no poder do país, houve a junção de todos os benefícios concedido pelo estado nacional que fosse referente a erradicação da miséria e pobreza extrema

nacional. Esse programa social que deu lugar a todos os anteriores teve sua intitulação de Programa Bolsa Família, o qual traria benefícios mais abrangente e mais concreto com seus objetivos e também daria ao governo um maior controle sobre os benefícios concedidos por ele aos brasileiros.

O presente artigo tem por objetivo discutir o Programa Bolsa Família como uma estratégia de política pública de combate à pobreza no Brasil. Sua elaboração se baseou em pesquisas em fontes bibliográficas e na consulta às bases de dados do IPEA e do Ministério do Desenvolvimento Social. Um breve histórico dos programas de transferência de renda no Brasil será apresentado na seção seguinte. Na terceira seção será avaliado o Programa Bolsa Família. Encerram o artigo breves considerações finais.

2. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

Assim como nos demais países que tinham projetos nesse nível, o Programa Bolsa Família (PBF) é um Programa de Transferência de Renda, o qual destinava uma certa quantia monetária em intervalos mensais para as famílias classificadas como pobres ou extremamente pobres, tendo por objetivos melhorar as condições de saúde e educação desta parte da população excluída socialmente dos mercados de bens e serviços. Esses programas são políticas focalizadas a partir de dados e informações socioeconômicas sobre as famílias e domicílios, destinando recursos monetários diretamente aos beneficiários. Esses programas (condicionados ou não condicionados) são classificados como programas de assistência social às famílias pobres (Rawling, 2005), podendo diferir em termos de seus objetivos, uma vez que alguns deles podem focar as ações em aspectos setoriais, enquanto outros concentram suas atividades no curto prazo visando resposta a demandas imediatas, como no caso do desemprego ou no atendimento de necessidades básicas de saúde e de educação (Garrett, Bassett e Marini, 2009).

A pobreza não se limita à falta de renda para a aquisição de bens e serviços, mas vai muito além do que isso; ela é "medida", considerada também a partir da falta de liberdade de escolha de obter condições de vidas satisfatórias, as quais acabam sendo relacionadas a falta de uma boa alimentação, isso em âmbito nutricional, falta de uma boa educação e também saúde adequada. Nesse sentido, a pobreza deve ser vista como um conjunto de privações (sendo esta uma das principais contribuições do economista indiano-britânico Amartya Sem ao debate internacional sobre pobreza).

A pobreza no mundo inteiro ocupa escalas altíssimas, e particularmente nos países latino-americanos o nível de pobreza é muito alto: cerca de 34 pontos percentuais do total da sua população encontram-se em vivendo em níveis considerados de pobreza, com esse índice ainda chegando a piorar, visto que do percentual anterior 13% se encontravam em uma situação de pobreza extrema, (CEPAL, 2008). Segundo a CEPAL (2014), informação exposto em matéria concedida em 26 de janeiro de 2015 a *Reuters Brasil,* site informativo socioeconômico, o nível de pobreza teria reduzido percentualmente chegando a 28% da população latino americana. De acordo com o "Panorama Social da América Latina 2014", o número de pessoas em situação de pobreza chegou ao ano de 2014 a 167 milhões, números alarmantes e porque não falarmos em números absurdos, isso diante aos referidos programas sociais aplicados nos países do nosso continente, números que já deveriam ter alcançados índices menores pelo fato da proposta imposta na implantação dos programas sócias da super redução, em curto prazo, e extinção em longo prazo, do grau de extrema pobreza que é apresentada anteriormente no texto.

No Brasil a pobreza não é algo recente, ela sempre esteve presente em nossa sociedade, não só a pobreza mais a discriminação social, fenômeno histórico, e a exclusão de integrantes das famílias consideradas extremamente pobres das oportunidades de crescimento profissional e ensino educacional. Esses parâmetros começaram a ser modificados com o tempo e nos anos de 1980 sofreram com as intensas crises econômicas que mexeram com o país. Segundo dados retirados de estudos do IPEA (2009) em junho de 2009 existiam aproximadamente 15 milhões de pessoas extremamente pobres no país, porém entre os anos 2002-2008, quando o programa social nacional, PBF, foi implantado e tomado força reduzindo em cerca de 5milhões de pessoas extremamente pobres dessa situação. O Quadro 1 a seguir sintetiza essa redução de nível de pobreza.

Quadro 1

Brasil: redução da pobreza entre 1990 e 2007 (anos selecionados)

	% de Pobres				**Redução % no período**	
País/Região	1990	2002	2005	2007	1990-2007	2002-2007
Brasil	44,9	38,2	34,1	29,0	15,9	9,2
América Latina	48,3	44,0	39,8	34,1	14,2	9,9

Fonte: IPEA.

Podemos observar nessa tabela a redução considerável do nível de pobreza extrema no Brasil no período 2002-2007. Outro fato muito interessante é que a renda familiar per capta dos brasileiros cresceu 5,4 ao ano (IPEA, 2006), porém é observado que a renda dos mais pobres cresce muito mais que a da classe alta, 9% e 4%, respectivamente, chegando nesse momento a reduzir um pouco o grau de pobreza nacional, mas muito longe de considerar esse índice satisfatório diante as condições de vida de muitos brasileiros que encontram-se nessa margem social. Isso pode ser observado quando olhamos índices que nos fala o percentual de toda a renda nacional ser concedida as famílias mais ricas, com 40% da renda total do país, enquanto a metade mais pobre se apropria de 15% da renda nacional (IPEA, 2008).

Para além das transformações socioeconômicas que proporcionou, o programa é apontado como contribuinte na redução de 19,4% da mortalidade infantil em crianças de até cinco anos, 46% da mortalidade por diarreia e 58% por desnutrição. Além disso, suas condicionalidades ajudam a aproximar a população mais carente dos serviços de saúde. Mesmo com a redução do nível de pobreza apresentado na tabela acima seria necessário cerca de 20

anos a mais para a desigualdade de renda brasileira atingisse a mesma faixa dos demais países com igual nível de desenvolvimento do nosso país (IPEA, 2008). Para Walquíria Rego, o Bolsa Família é um primeiro passo, bem dado, mas que ainda é insuficiente. "O efeito do programa foi muito positivo, mas não basta. É uma política de urgência moral, digamos assim, é o primeiro passo inclusive no que diz respeito a uma política cultural, mas ainda há muito para ser feito".

Em relação ao grau de pobreza extrema que encontramos no país, desde os primórdios a miséria é mais presente em alguns estados e regiões do que em outros, a região nordeste, especificamente na região metropolitana do Recife – PE tem o maior índice de pobreza do país, enquanto do outro lado do mapa encontramos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a menor taxa de pobreza dentre todas as áreas metropolitanas do país. O PBF quando lançado foi de extrema importante para a diminuição da desigualdade socioeconômica dentro do país, agindo de forma intensiva por meio da transferência condicionada de renda as famílias que estavam na linha de extrema pobreza.

A experiência pioneira foi lançada em dois municípios no estado de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto intitulado como "Renda Básica de Cidadania". Entre 1995-1998, na mesma localidade geográfica foi aplicada um tipo de programa de transferência de renda que tinha por nome "Bolsa Familiar para Educação". Ambos os programas tinham suas condicionalidades, no geral, as famílias inscritas precisavam estar dentro da faixa de pobreza, era exigido que as crianças de até 15 anos de idade estivesse matriculados na escola, exigindo uma contrapartida de acompanhamento no campo educacional. Porém essas experiências foram dando errado, logo quando começaram a ser copiadas por diversas partes do Brasil, e foram encerradas.

O primeiro programa na esfera do Governo Federal, relacionado a transferência de renda surge em 1997, "Comunidade Solidária", abrangendo varias áreas na política social, dentro da educação, saúde, habitação entre outras. Segundo Fagnani, o modelo institucional e operacional deste tipo de política social foi inspirado em experiências de outros países que também adotam programas sociais compensatórios para minimizar os efeitos negativos das políticas de ajuste macroeconômico e de reforma do estado que foram implementadas a partir dos anos 1990, especialmente aqui na América Latina. Os primeiros países latinos americanos que implantaram o programa de transferência de renda foram Brasil e México, utilizando-o como mecanismo de combate a pobreza no bojo das reformas dos programas sociais. Isso acarreta uma maior cobertura de beneficiários e um dos maiores gastos percentuais de gastos em toda a região.

No Brasil os programas bolsa família começaram a ser utilizados ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o Bolsa Alimentação e Bolsa Escola, os quais tinham como contrapartida a frequência mínima de 85% na escola, isso para crianças de 6 a 15 anos de idade, a vacinação das crianças também deveriam estar em dias e as mães deveriam ficar responsáveis de frequentar os postos de saúde fazendo todos os exames e tratamentos necessários, assim, com essas condicionalidades os benefícios seriam concedidos as famílias. O Auxílio Gás, vinculado ao Ministério de minas e Energia, foi outro benefício social lançado pelo governo nacional na mesma época dos citados acima. No governo FHC os programas sociais não foram tão bem trabalhados, um dos fatores foi a má aplicação e controle dos recursos destinado a essa área social.

A partir do governo Lula, em 2003, os programas sociais tiveram uma maior intensificação, e sendo melhorados. Um dos primeiros programas sociais implantados no governo Lula foi o Fome Zero, que tinha como principal objetivo colocar alimento na mesa dos brasileiros que se encontravam abaixo da linha de pobreza, na mesa dos que não tinha o mínimo necessário para considerar a nutrição essencial para um ser humano. Com a aplicação do programa Fome Zero os índices mudaram, isso relacionado à redução do nível de subnutrição no país, principalmente em áreas tão castigadas como foi no nordeste brasileiro. Esse programa era financiado pelo governo federal brasileiro criado em 2003, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, para o enfrentamento da fome e da miséria. O programa “Fome Zero” foi criado para combater a fome e suas causas estruturais, que geram a exclusão social e para garantir a segurança alimentar dos brasileiros em três frentes: um conjunto de políticas públicas; a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e um grande mutirão contra a fome, envolvendo as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e todos os ministérios. Dados apresentados pelo programa em site oficial, em 2003 no Brasil existiam 44 milhões de pessoas ameaçadas pela fome, e essas seriam beneficiadas pelo programa.

O programa Fome Zero foi considerado a maior iniciativa do governo federal para o combate à fome na história do país. Em fevereiro de 2003, a Diretoria do Banco Mundial aprovou um Empréstimo Programático de Reforma do Setor de Desenvolvimento Humano, no valor de U$$ 505 milhões, para o Brasil, ocasião em que Vinod Thomas, Diretor do Banco Mundial para o Brasil, declarou: “O Brasil está fazendo uma das maiores experiências da história ao executar um programa social ousado, com responsabilidade social, num ambiente internacional extraordinariamente difícil. Este empréstimo é uma das mais diversas formas

pelas quais o Banco Mundial apoia essas iniciativas". O programa teve grande repercussão, tendo seu modelo copiado até por outros países como modelo de combate a fome e miséria na sociedade nacional, porém como em todos os programas criados o Fome Zero ainda teve alguns críticos. Em março de 2005, o então deputado federal Murilo Zauith, afirmou que o programa era um "fracasso", isso quando cita as mortes que aconteceram em crianças indígenas na cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, devido à má nutrição das crianças. Porém o governo rebate a crítica justificando de maneira simples, através do Ministério da Saúde, que a média de crianças indígenas mortas estava dentro do normal. Em visão geral o programa teve caráter positivo, combatendo a fome e reduzindo a subnutrição principalmente das crianças que faziam parte das famílias beneficiadas.

2.1. O Programa Bolsa Família

O programa Fome Zero tomou dimensão e veio posteriormente a se tornar unificado com demais programas sociais do governo Lula, em um único programa que é o Programa Bolsa Família. De maneira mais específica, o PBF é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situações de pobreza e extrema pobreza do país, como citado anteriormente. O PBF integra o Plano Brasil sem Miséria, que tem o foco de atuação brasileiro com renda familiar per capta inferior a 77 reais mensais, que ates era no valor de 70 reais, o aumento foi deferido pela atual presidenta Dilma Rousseff em 30 de abril de 2014, isso através do Decreto nº 8.232, com um aumento de 10%. De acordo com dados governamentais, o programa até o mês de abril de 2014 beneficiou mais de 14 milhões de famílias, atingindo 50 milhões de pessoas no país. Os benefícios oferecidos às famílias são quatro: o Básico, o Variável, o Variável para jovem e o para Superação da Extrema Pobreza.

- Básico: esse benefício é concedido a famílias em situação extrema de pobreza, tem o valor de R$ 77,00 mensais, independente da composição familiar;
- Variável: é concedido a famílias pobres e extremamente pobres que tenham crianças entre 0 e 15 anos, gestantes ou nutrisses. Tem o valor de R$ 35,00, podendo chegar ao teto de cinco benefícios por família, ou seja, R$ 160,00.
- Variável para jovem; concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. Os beneficiados recebem o valor mensal de R$ 42,00. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R$ 84,00.

- Superação de Extrema Pobreza: as famílias em situação de extrema pobreza que são beneficiadas. O valor é variável em razão do cálculo realizado a partir da renda per capta da família e do benefício já recebido no programa.

As famílias de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável para Jovem, até o máximo de R$ 306,00 por mês, como também podem acumular um benefício para Superação da Extrema Pobreza. O maior valor já pago no programa Bolsa família foi a uma família de 19 membros, no valor de R$ 1.332,00, em 2012.

A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social seleciona as famílias que receberão o benefício. Para ser beneficiário, será preciso apresentar um documento de identificação, como o CPF, por exemplo, entrar no Cadastro Único. O cadastramento, no entanto, não significa que o recebimento será imediato. Quem faz a seleção das famílias que serão beneficiadas é o Ministério do Desenvolvimento Social, com base na renda per capta. Quem tem a responsabilidade de cadastrar, até a atualização dos mesmos são as prefeituras municipais, e também articula e promove as ações complementares destinadas ao desenvolvimento autônomo das famílias.

Para que as famílias continuem cadastradas e recebendo o valor monetário do Programa Bolsa Família é exigido uma contrapartida das famílias cadastradas. Na área da saúde, deve ter um acompanhamento incisivo em relação ao cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. Mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento médico. Quando gestantes ou lactantes devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos devem estar matriculados e ter frequência escolar mensal mínima de 85% de carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. As famílias que encontrar dificuldades para cumprir com as exigências deverão procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência especializada de Assistência Social (CREAS) ou as equipes de assistência social do município. O Programa Bolsa Família foi criado por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sua regulamentação se deu em 17 de setembro de 2014 por Decreto nº 5.209 . O PBF não é constitucional, há estudiosos do programa que defendem que se o benefício se tornar um direito

constitucionalizado deixará de ser uma política pública de governo – ou atrelada a um partido – para se tornar de Estado.

Com o passar do tempo, do início do programa até o ano de 2014 onde foram levantados os últimos dados sobre o respectivo benefício, o aumento do número de famílias beneficiadas fora bem significativas, tendo lá no início do programa o número de 6.571.839 famílias beneficiadas, sendo desembolsados dos cofres públicos mais de 3 bilhões de reais. No ano de 2014, esse número chegou a R$14.145.274, um volume de famílias beneficiadas que cresceu ao longo dos anos, como apresentado na tabela abaixo:

Quadro 2

Programa Bolsa Família: evolução dos beneficiários e montantes pagos entre 2004 e 2014

Anos	Número de Famílias	R$
2004	6.571.839	3.791.785.038,00
2005	8.700.445	5.691.667.041,00
2006	10.965.810	7.524.661.322,00
2007	11.043.076	8.965.499.608,00
2008	10.557.996	10.606.500.193,00
2009	12.379.915	12.454.702.501,00
2010	12.778.220	14.372.702.865,00
2011	13.352.306	17.360.387.445,00
2014	14.145.274	n.d.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

Podemos observar uma redução do número de famílias contempladas pelo benefício, essa queda observada pode se dar pelo evento da crise econômica internacional que afetou o Brasil no ano de 2008, porém em 2007 e 2008 o governo pode ter parado de se preocupar com a expansão da cobertura devido à redução da pobreza via crescimento da renda (Soares & Sátyro, 2009).

3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIACOMO ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA: um esboço de avaliação dos seus resultados

Os dois principais pontos abordados pelo Bolsa Família para fim da miséria no país é o combate a fome e educação de qualidade, sendo esses dois pontos os principais passos para o desenvolvimento social e econômico da nação, com mais educação e sem fome, consequentemente mais saúde, o Brasil tomaria novos rumos em desenvolvimento. A fome no Brasil vem assolando todas as regiões no país, e varias medidas foram tomadas para combater a mesma. O PBF foi um dos principais agentes contra esse problema nacional. De acordo com Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a partir de 2004, o governo federal assumiu o problema da fome como uma agenda central para o Brasil e desenvolveu um conjunto de políticas que permitiram que o País pudesse realmente alterar de forma estrutural a realidade das pessoas.

Segundo o representante da FAO no País, Alan Bojanic, os caminhos adotados pelo Brasil demonstram que é possível combater a fome e a insegurança alimentar quando há o compromisso político em colocar esse tema na agenda de prioridades dos governos.Bojanic fala que “O país focou no problema estrutural e hoje não está mais no mapa da fome das Nações Unidas.” Tereza Campello ainda afirma que o objetivo era mudar eficientemente a vida dessas pessoas, acabando com a dependência da doação de alimentos.

E a garantia do acesso a renda para milhões de brasileiros foi fundamental, assim eles poderiam ter a própria escolha do que comer e quando comer, e a oportunidade de ter uma boa alimentação. “A população não passava fome por falta de alimentos. Existia fome no Brasil porque as pessoas não tinham renda. Então, assumir o combate à fome e à pobreza como prioridade do governo e, a partir daí, ampliar a renda das famílias com aumento do salário mínimo, geração de empregos, Bolsa Família e outras políticas de geração de renda permitiu que essas famílias tivessem acesso a alimentos que já eram produzidos no Brasil. O governo conseguiu dessa forma criar uma nova realidade”. Isso não quer dizer que o problema da fome no país foi resolvido por completo, visto que em várias regiões a fome continua tempo o principal causador da mortalidade infantil, inclusive na região nordeste, isso caudado pela desnutrição e diarreia causadas pela má alimentação.

A segurança alimentar no país vem aumentando cada vez mais, segundo o relatório da FAO, isso desde 2004. Tanto quantidade de alimento quanto a qualidade dos mesmos podem trazer problemas como os apresentados pela má alimentação, sendo necessário um acompanhamento rigoroso para manter a qualidade e quantidade de alimentos disponibilizados

no mercado para que essas famílias que são beneficiadas pelo programa tenham condições suficientes para adquirir os mesmos. O acesso aos alimentos, em quantidade suficiente e qualidade adequada, para atender às necessidades das famílias, estava garantido em 2013 a mais de 77% dos domicílios brasileiros, comparado a 65% em 2004 (IBGE, 2014). Cerca de 40 milhões de novos brasileiros passaram à condição de segurança alimentar no decorrer de uma década, diz o relatório da FAO. Entre 2004 e 2013, a maior redução de percentual de insegurança alimentar grave ocorreu na região Nordeste.

Também existe uma grande desigualdade regional em todos os aspectos socioeconômicos e com a alimentação e nutrição dos brasileiros não poderia ser diferente, sendo a região nordeste do país a mais afetada, isso mostrada em relatórios da FAO, e em diversos estudos feitos inclusive pelo IBGE. Diante essa situação, porque o governo não acaba de vez com essa situação? Ainda no relatório apresentado pela FAO, essa desigualdade regional vem diminuindo paulatinamente. Os resultados das Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) confirmam uma tendência positiva na segurança alimentar em todas as regiões do país, entre 2004 e 2013 (IBGE, 2014). Pode-se afirmar que a principal ferramenta de combate a fome no país e principalmente nessas regiões que convivem com a desigualdade é o Programa Bolsa Família, isso por trazer renda e dela dar oportunidade de obter uma maior segurança na alimentação das famílias beneficiadas.

Atentando para os dois principais pontos para o combate a miséria apresentado como prioritários pelo programa, a Saúde e Educação, não se deve deixar passar o tema da fome, ainda a causadora dos maiores índices de mortalidade por desnutrição e diarreia no país. Quando combatida a fome como feito no programa, todo o sistema de saúde nacional começa a progredir, seja em casos de enfermidades causadas pela falta de nutrientes no organismo, até uma redução de gastos com saúde em questões de medicamentos paliativos para tais problemas caudados pela má alimentação. Pontos importantes são ressaltados em relação a saúde. As crianças deixaram de morrer, houve redução da mortalidade infantil por diarreia em 46% e 58% por desnutrição, dados impressionantes; As famílias tem uma alimentação melhor, mais equilibrada. As famílias do Bolsa Família gastam mais do que as não beneficiárias com grãos e cereais, aves e ovos, carnes, pães, legumes, óleos e bebidas não alcoólicas, esses dados mostram que o PBF contribui para a segurança alimentar e nutricional proporcionando a oportunidade de obtenção de uma alimentação balanceada e saudável para as famílias de baixa renda, assim reduzindo vários problemas de saúde relacionados com a má alimentação.

Economias com a saúde foram observadas pelo fato de que as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família precisam fazer o acompanhamento de saúde das mães e das crianças, o que ajuda na detecção e tratamento de doenças como desnutrição, diarreia, hanseníase e lepra. Além de manter esses beneficiados e os integrantes das famílias mais saudáveis, o resultado é mais economia para o Sistema Único de Saúde (SUS), pelo fato de priorizar a prevenção é mais barata que o tratamento. No caso dos bebês prematuros, com o aumento de 50% no número de consultas de pré-natal entre as gestantes do PBF, há menor prevalência de peso baixo ao nascer. Além disso, diminuiu em 14% o índice de crianças prematuras.

Outra exigência do programa em responsabilidade com a saúde das crianças das famílias beneficiadas é a manutenção da vacinação das mesmas, manter a vacina em dia é um compromisso indispensável para continuidade da participação no programa, diante isso 99,1% das crianças estão vacinadas. Segundo Helmut Schwazer, " A redução da mortalidade infantil é um indicador síntese da melhoria de qualidade de vida da população." Pelos dados apresentados a saúde nacional teve vários avanços, e com o melhoramento do acompanhamento desses beneficiados poderia melhorar ainda mais, trazendo pra totalidade de acompanhamentos pré-natal, vacinação e exterminava com índices de crianças prematuras por complicações derivadas da má nutrição e falta de cuidados com a saúde das gestantes.

Quando chegamos ao ponto *"Educação"*os dados também são bastante expressivos, com redução significativa do analfabetismo de crianças e jovens no país, isso proporcionado através do incentivo a educação e por ser requisito do programa a assiduidade dos menores na escola, sendo essas melhoras assistidas desde o início do programa até hoje, mostrando o compromisso do programa com a educação do país, assim como o compromisso com a saúde dessas famílias beneficias como destacada anteriormente no trabalho apresentado. Dados do IBGE através da pesquisa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada em 13 de novembro de 2015, mostram que o Brasil reduziu em 4,3 pontos percentuais o número de alfabetizados de 2001 a 2014.Um dado bastante interessante é o aumento de 2,5 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais alfabetizado em relação ao ano 2001, cerca de 8,3% é a taxa de analfabetismo atualmente no país (IBGE). No Nordeste, entre os anos de 2004 a 2014, foi observado a maior taxa de redução do analfabetismo entre as regiões do país, houve uma queda de 5,8% a menos de analfabetos, saindo de 22,4% para 16,6% de sua população, mais esses dados não tira a região da primeira posição de menos alfabetizado no país.

Quadro 3

Brasil: taxas regionais de analfabetismo, 2004-2014

REGIÕES	ANALFABETISMO 2004 (%)	ANALFABETISMO 2014 (%)	VARIAÇÃO (%)
NE	22,4	16,6	5,8
NO	13,0	9,0	4,0
SD	6,6	4,6	2,0
SU	6,3	4,4	1,9
CO	9,2	6,5	2,7

Fonte: IBGE, Censo 2010

No Quadro 3 acima podemos observar a grande disparidade em relação a educação no país, mesmo com a maior redução dentro do período de dez anos (2004-2014) a região Nordeste tem a maior parcela de analfabetos do país, mais de três vezes o percentual de não alfabetizados da região sul do país, sendo esta a menor taxa, 4,4%, como apresentado na tabela acima. Outro dado bastante interessante foi o aumento da media de anos dedicados a educação pelos brasileiros, passando de 6,5 anos para 7,7 anos em média. No caso das mulheres os anos de estudos é maior em meio ano comparado aos homens, 8 anos mulheres e 7,5 anos para os homens.

De acordo com o estudo, a taxa de escolarização apresentou avanços significativos, principalmente na faixa de crianças de 4 e 5 anos de idades, sendo essa a idade de maior fiscalização a manutenção das crianças na escola como solicitado para a participação no PBF, o acompanhamento assíduo, isso proporcionou um avanço de 81,4% em 2013 para 82,7% em 2014. Crianças na escola é a primeira exigência relacionada a educação feita pelo PBF, para continuar recebendo o benefício é necessário a manutenção da criança na escola. Mais de 17 milhões de estudantes têm a frequência escolar acompanhada, o equivalente à população inteira de um país na proporção do Chile. Em uma faixa etária os indicadores permaneceram estáveis, entre 15 e 17 anos de idade o percentual de alfabetização permaneceu em 84,3%. O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, falou da necessidade de investimentos em cursos técnicos no país, em pronunciamento afirmou que, “Nós vamos ter que discutir o ensino técnico e profissionalizante com o Ensino Médio. Muitos jovens estão indo mais cedo para o mercado de trabalho. O Ensino Médio tem que abrir uma perspectiva no ensino técnico”, concluiu.

Esses dois pontos abordados acima são de extrema importância para a manutenção do sistema em relação ao recebimento por parte dos beneficiados, sendo também essencial para que todo o objetivo do programa seja alcançado, uma vez sendo ele realizado para trazer além

do desenvolvimento econômico, que será tratado adiante, dando renda as famílias que não a obtinha e proporcionando poder de mercado e compra nos setores de comércios e serviços dentro do país.

O fortalecimento no sistema educacional e de saúde é capaz de gerar desenvolvimento no país de forma indireta, com mais educação teríamos melhores profissionais no mercado, com pessoas mais saudáveis poderíamos ter melhor aproveitamento no nosso tempo de trabalho, ação com mais eficiência. Esse trabalho de fiscalização e acompanhamento se tornou essencial para fortalecimento e concretização dos objetivos dos programas. Hoje o PBF monitora cerca de 14,7 milhões de crianças e adolescentes na escola. Os estudantes beneficiados têm a menor taxa de abandono do que os não beneficiados, segundo Helmut Schwarzer, Secretário Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

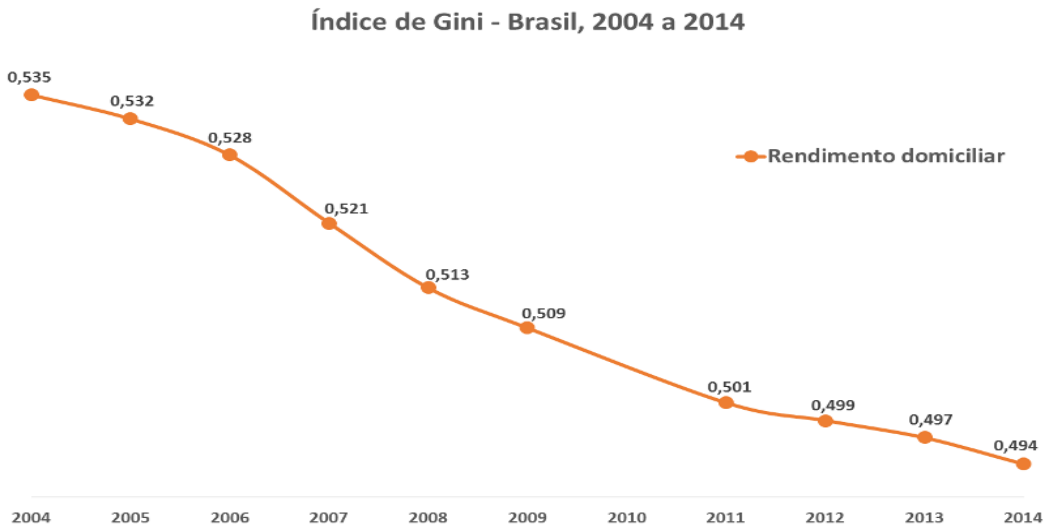
A situação socioeconômica brasileira passou por grandes mudanças a partir da implantação de um programa de transferências condicionadas de renda, como o PBF. Neste ano o programa completa 12 anos e muitas mudanças aconteceram no consumo de bens e serviços das pessoas beneficiadas pelo programa, pessoas que vivam abaixo da linha de pobreza no país e a partir do benefício recebido conseguiu atingir novas metas dentro do cenário consumidor do Brasil. Segundo dados publicados no Portal Brasil em outubro de 2015, o valor repassado as famílias beneficiadas pelo programa social em questão fica no município, circula na economia local e gera mais trabalho e consequentemente renda para outras pessoas, um efeito multiplicador na economia, contribuindo para o desenvolvimento do país. Segundo pesquisa apresentada, a cada R$ 1,00 investido, R$ 1,78 retorna para a economia por meio de consumo, isso direto para a contribuição do PIB.

Existe um meio pelo qual nenhum de nós estamos isentos no país para fazer com que todo o dinheiro dado no Bolsa Família retorne aos cofres públicos, por meio dos impostos, uma vez que essa quantia assim como mostrado acima é utilizada para consumo, principalmente para produtos básicos de consumo imediato, como alimentos, remédios, roupas etc., ou bens a médio prazo, com bens duráveis. Por ser um dinheiro dinâmico de alta circulação. Ele também aquece a economia de baixo para cima, dinamizado, consequentemente, o setor de serviços do país.

A pobreza extrema no país caiu a 2,8% da população em 2014, quase a terça parte do percentual da população que vivia nessa condição em 2004, no início do Programa Bolsa Família, segundo dados da PNAD divulgada pelo IBGE, em outubro de 2015. Hoje as pessoas que são consideradas extremamente pobres tem uma renda mínima mensal de R$ 77,00, linha oficial do programa fixada com base na referência das Nações Unidas para os Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio e também válida para novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A extrema pobreza foi reduzida em diversas faixas etárias dentro do país, porém a que mais precisava de atenção era a faixa da primeira infância, crianças de até 5 anos de idade. O percentual acordado no início do programa encontrava-se mais de 14% e foi reduzido para cerca de 5%, tendo essa faixa etária a prioridade no plano Brasil Sem Miséria.

A taxa de pobreza dentro do país também entrou em declínio, em 2014, alcançou 7,3% da população, o que representa uma queda de quase 70% em relação a 2004. Houve também uma significativa melhora na distribuição da renda dentro do país, isso notado em 2014, isso medido pelo índice de Gini.

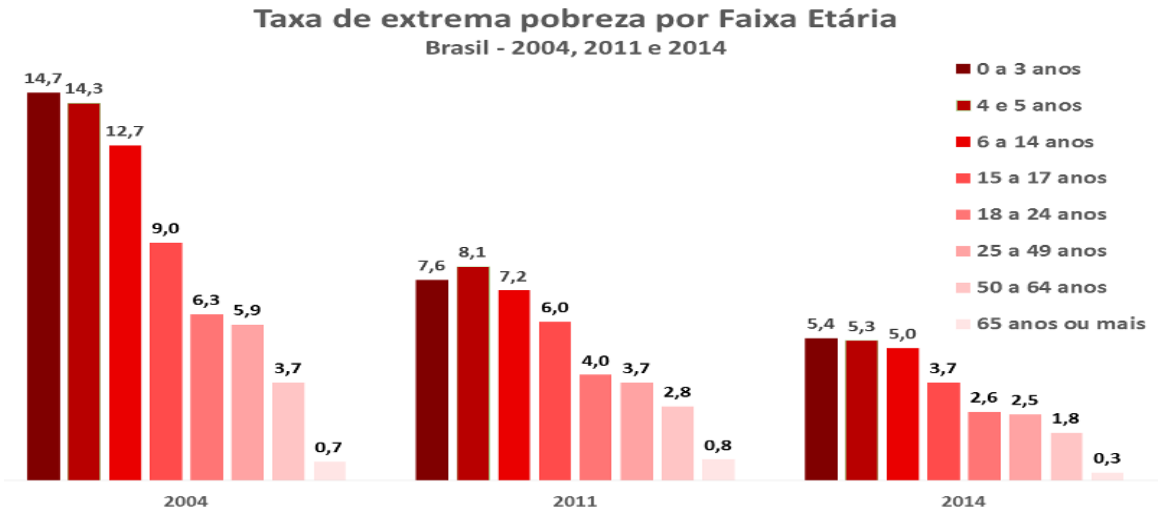


Fonte: Portal Brasil, com informações do MDS

No gráfico acima é apresentada a redução da pobreza no país através do índice de Gini, com comparação feita em dez anos de programa aplicado. No gráfico é observada uma constante redução da miséria no passar dos anos no Brasil, quanto mais próximo de zero menor será o índice de desigualdade no país.

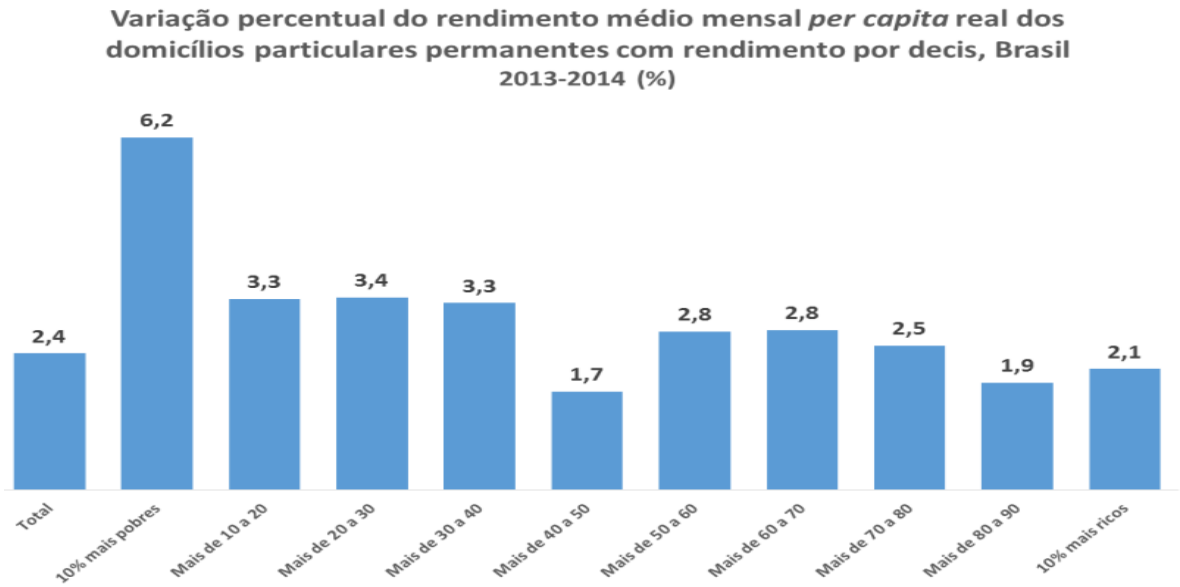
De acordo com o PNAD, a pesquisa feita mostra que há melhorias em todas as áreas socioeconômicas do país, de educação a economia. O acesso a bens como televisão, geladeira e fogão está praticamente universalizado no país. Um fato interessante mostrado também é o aumento de acesso à internet chega a 54,4% da população, com o crescimento de mais de 11% em relação a 2013.

Outro gráfico que expressa a redução da extrema pobreza no país, em que mostra a relação entre três anos específicos, 2004, 2011, e 2014, mostrando a importância do crescimento médio dos rendimentos familiares para a queda da desigualdade.



Fonte: Portal Brasil, com informações do MDS

Nesse gráfico fica nítida a redução da miséria e consequentemente da desigualdade no país nesses períodos apresentados, tendo com maior redução na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, com uma variação entre 2004 e 2014 de -9,3%, reduzindo em 63,26% a extrema pobreza que os mesmos viviam. Uma análise d rendimento médio mensal por pessoa feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mostra que a renda cresceu em todas as faixas de renda da população. Em média o rendimento domiciliar per capita cresceu 2,4%. A parcela dos 10% mais pobres da população registrou o maior aumento, de 6,2% (de R$ 146 para R$ 155), quase três vezes a variação de renda dos 10% mais ricos, 2,1% (de R$ 5,076 para R$ 5.183). Isso mostra a redução da desigualdade na distribuição do rendimento domiciliar per capita. Podemos observar essa variação no gráfico a seguir:



Outro fator extremamente importante de ação do PBF foi a redução do trabalho infantil. O incentivo do governo a alocar as crianças e adolescentes na escola como prioridade para a participação do programa pelas famílias foi de extrema importância para tirar as crianças do trabalho infantil. A Pnad, o trabalho infantil é ainda mais preocupante quando acontece entre crianças e adolescentes de até 13 anos de idade, que representam 17% dos ocupados de 5 a 17 anos. O trabalho infantil ainda existe, foi reduzido por conta da exigência do governo como falado anteriormente, mas ainda nas atividades agrícolas existem números expressivos de exploração do trabalho infantil, 62,1%, porém mais de 96,8% dessas crianças frequentam a escola. Mesmo assim, com associação de trabalho e estudos essas crianças acabam não tendo um bom rendimento escolar, afetando consequentemente o futuro dessas, sendo essa uma das maiores preocupações do programa. O Bolsa Família ajudou a retirar 36 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza. A pobreza e a extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população. Houve uma redução inédita da redução da desigualdade de renda no Brasil nos últimos 10 anos, e o Bolsa Família foi responsável por 13% dessa redução.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que aconteceria hoje se o Programa Bolsa família fosse cortado pelo governo? O que aconteceria com os beneficiados economicamente e socialmente? Esses são questionamentos levantados e claramente observados através dos dados apresentados nesse trabalho. Mais de 8 milhões de pessoas voltariam à extrema pobreza no país. No Nordeste brasileiro se encontra o maior percentual de pessoas extremamente pobres no país, só no estado da Bahia cerca de 345 mil famílias voltariam a viver na extrema pobreza, com renda inferior a R$ 77 por pessoa, isso tendo hoje o estado cerca de 1,8 milhões de habitantes, onde 706 mil sairiam do programa. Para a continuidade do PBF é necessário ser retirado dos cofres públicos mensalmente uma porção mínima do PIB nacional, 0,5%, isso comparado aos demais projetos feitos pelo governo no país. Foi apresentado no Congresso a proposta de corte de R$ 10 bilhões do Bolsa Família em 2016, isso devolveria muitos brasileiros beneficiados para o grau de extremamente pobres. Esse levantamento foi apresentado por Helmut Schwarzer Secretário Nacional de Renda de Cidadania do MDS. Ele destaca que ainda haveria impactos sobre a escolaridade, mortalidade infantil, saúde e na economia do estado. “A Bahia recebe cerca de R$ 3,6 bilhões todo ano”. Esse exercício nos mostra que o Estado deixaria de receber R$ 1,2 bilhões de transferências para suas famílias.

No Brasil, hoje o Programa Bolsa Família atende mais de 14 milhões de famílias. Só na região Nordeste existe 6,9 milhões de beneficiados. O estado do Ceará tem o terceiro maior número de beneficiados da região em questão. Foi cogitada uma redução no orçamento previsto para 2016 com um valor de 28,8 bilhões de reais, cortaria 10 bilhões de reais desse valor previsto. Esse corte que poderia acontecer é visto como “uma corda no pescoço” da economia nacional, principalmente em cidades de pequeno porte aqui do Nordeste do país. Não seria apenas um corte de uma renda condicionada para uma população necessitada da mesma, a qual depende em muitos casos dessa renda para se alimentar e manter-se vivos e com o mínimo de dignidade social, mas teria um problema ainda maior o qual acarretaria vários outros problemas na sociedade, desaqueceria o comércio, principalmente nessas cidades pequenas onde tem uma grande porcentagem de beneficiados.

O motivo da cogitação a respeito desse possível corte da renda transferida pelo programa social seria devido à queda da arrecadação pelo governo, tendo uma queda de receita e provavelmente sejam necessários cortes orçamentários. Segunda Tânia Bacelar, economista e socióloga, os 35% de corte propostos pelo relator são desnecessários, dado que o impacto do Bolsa Família sobre as contas públicas é de porcentagem irrisória, cerca de 0,5% do Produto

Interno Bruto (PIB), enquanto são gastos com juros 8%. Na visão de Tânia, mexer no PBF gerará um impacto enorme na economia de pequenas cidades que tem uma grande parcela de beneficiados pelo programa, e que tem a economia mais frágil. Segundo a especialista, "O programa dá a segurança de garantia de alimentos. A redução dos recursos geraria um impacto grande no programa e um impacto pequeno nas contas públicas. No caso do Nordeste, os estudos mostram que o Bolsa Família, dinamizou a economia local, que são as farmácias, as padarias, a feira porque a maior parte dos beneficiados ficam em municípios pequenos. Não são só os beneficiários que perdem. São também os pequenos comerciantes", disse a especialista.

Não é apenas Tânia Bacelar que enxerga os impactos negativos advindos de cortes no programa, principalmente na nordestina. Todo o volume do comércio é ditado pela sua demanda, a qual só é possível existir caso haja renda disponível para os consumidores adquirirem bens e serviços. O corte no orçamento do PBF tiraria a renda de milhares de pessoas, tirando por sua vez o poder de consumo das mesmas, esfriando assim ainda mais a economia nacional, que já encontrasse em situação preocupante.

Segundo o economista e pesquisador do Laboratório do Estudo da Pobreza da Universidade Federal do Ceará (LEP – UFC), Carlos Eduardo Marinho, "O Benefício é essencialmente gasto com o consumo. Se você reduz, você vai reduzir o consumo dessa pessoa e dessa sociedade. Portanto impactaria negativamente na economia. Isso (o corte) também faria com que o desemprego aumentasse". Na visão do professor de economia da UFC, Paulo Matos, um corte no benefício do BF traria um prejuízo enorme na economia das pequenas cidades, isso principalmente no Nordeste do Brasil. O economista cita um exemplo sobre o estado do Ceará, afirmando que, "No estado do Ceará existem muitos municípios que não produzem nada. Só vivem de comércio e isso vai ser afetado".

Segundo estudos apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cada R$1,00 investido no Bolsa Família gera R$1,78 de crescimento no PIB nacional. A partir desse dado podemos notar claramente o efeito negativo que um corte repentino no benefício traria para a economia do país, um efeito multiplicador negativo, sendo esse um impacto causado a partir de uma tomada de decisão do governo nacional na economia e com certeza chegaria a abalar a mesma.

Essa ideia de corte do programa apresentado pelo relator Ricardo Barros vem do argumento de que muitos dos beneficiários do programa recebem o benefício de maneira irregular aos requisitos solicitados, principalmente nas rendas declaradas. "Há 72% ou 75% dos beneficiários que trabalham, e muitos com carteira assinada e com aposentadoria". Segundo

Paulo Matos, “O principal problema do Bolsa Família é que você paga para ninguém produzir. Você paga para essas pessoas serem improdutivas e muitas burlam o programa’. Na visão de Matos se o corte do programa for para colocar ordem no processo seletivo será bem feito. Para o mesmo o programa necessita ser mais criterioso, deveria beneficiar apenas as pessoas que realmente precisam.

Em defesa dessas afirmações em relações aos problemas mostrados pelo andamento do PBF, Tânia Bacelar afirma que não é requisito do programa não trabalhar. Afinal não se pode sobreviver uma família com menos de R$200,00 por mês. Na região sul do país também teriam efeitos negativos na economia com o corte do PBF, no Rio Grande do Sul 905 mil pessoas seriam afetadas economicamente pelo corte, a economia do estado também seria bastante afetada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Campello, T; Cortês Neri, M; **Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013. 494 p.: gráfs., mapas, tabs.

Weissheimer, M. A; Bolsa Família – Avanços. Limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 155 p.: gráfs., tabs.

"Programas de transferência de renda no Brasil: impacto sobre a desigualdade e a pobreza". Citado em "Previdência reduz mais a pobreza do que o Bolsa Família". Folha de S.Paulo, 02/07/2006.

"Desmistificando o debate fiscal". Secretaria de Assuntos Econômicos da presidência do BNDES, 25/07/2006.

"Bolsa Família substitui renda vinda do salário e impulsiona varejo". Valor Econômico, 28/06/2006.

SILVEIRA, Antônio Maria. "Moeda e redistribuição de renda". Revista Brasileira de Economia, abr./jun., 1975. Reproduzido em SILVEIRA, Antônio Maria. Moeda e redistribuição de renda. Rio de Janeiro, Edições Multiplic, 1981.

Rocha, S. Transferências de Renda no Brasil. O Fim da Pobreza? - Evolução, efeitos e perspectivas dos programas de renda para os pobres. – Editora Elsevier.

Rego, W. L.; Pinzani, A. Vozes do Bolsa Família – Autonomia, Dinheiro e Cidadania. Edição revista e ampliada. Editora UNESP.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap15.pdf

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livrocompleto3.pdf

http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/mds-e-contra-corte-no-programa-bolsa-familia